

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 50ª Reunião do GT-Mananciais

Grupo de Trabalho:	Mananciais (CT-RN e CT-Rural)
Reunião:	50ª Reunião do GT-Mananciais
Data:	14/05/2021 – 09h00 às 12h00
Local:	Videoconferência (link: meet.google.com/xbr-tpan-dno)
Assunto(s) em discussão:	<i>Nesta reunião, foi apresentado e discutido pelo Sr. Fernando Veiga (TNC) a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), criada por meio da lei nº 14.119/2021. Também foi objeto de avaliação pelos membros a permissão para que os coordenadores do GT e da Agência PCJ escrevam um artigo sobre a Política de Mananciais a ser apresentado no XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos.</i>
Pauta:	<i>Pauta:</i> <i>(1) Abertura (9 h): Henrique Bellinaso / CDRS – coordenador do GT-Mananciais</i> <i>(2) Secretaria / Informes: (João Demarchi / IZ SAA – secretário GT-Mananciais)</i> <i>Aprovação da minuta da memória técnica da 49ª Reunião Ordinária</i> <i>Informes:</i> <i>a. Calendário atualizado (GT-Mananciais) – segundo semestre de 2021.</i> <i>b. Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacias PCJ – documento fase 2</i> <i>c. Artigo científico publicado – Projeto Nascentes de Analândia</i> <i>Caracterização Geológica e Hidroquímica de Nascentes Visando sua Proteção Ambiental em Analândia, São Paulo – Brasil - Ana Elisa Silva de Abreu, Jorge Lucas Braz Mesquita & Luís Fernando Murillo Bermudez</i> <i>d. Notícia: SP poderá destinar parte da tarifa de água para proteção de mananciais</i> <i>e. Portaria GM_MS Nº 888, 4 de maio de 2021 – Potabilidade da Água.</i> <i>(3) Apresentações: PNPSA – Pagamento por Serviços Ambientais</i> <i>A Política Nacional de PSA – PSA Hídrico / Desafios para ganhar escala no PCJ?</i> <i>Fernando Veiga - The Nature Conservancy – TNC</i> <i>A Política Nacional de PSA, o artigo 41 do código florestal e experiência concreta de PSA/conservação florestal do IPAM (reconhecida pela ONU).</i> <i>Erika de Paula Pedro Pinto</i> <i>Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia</i> <i>(4) Discussões e comentários / Palavra Aberta</i> <i>(5) Artigo para publicação da Política de Mananciais com enfoque em PSA</i> <i>XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos</i> <i>João Demarchi / Marina Barbosa / Meire Bassan / Henrique Bellinaso / Bruna Juliani</i> <i>(6) Encerramento</i>
Conclusões e Encaminhamentos:	<i>O coordenador do GT-Mananciais, Sr. Henrique Bellinaso (CDRS) iniciou a reunião e agradeceu a presença de todos e passou para os informes e secretaria. O Sr. João Demarchi (IZ/APTA), secretário do grupo, informou aos presentes sobre o envio da minuta de memória técnica da 49ª Reunião do GT-Mananciais realizada em 16/04/21 e colocou-a para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. Quanto aos Informes, o Sr. Demarchi informou que: a) o Edital da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021, de 05/03/2021 ainda está aberto para os municípios se inscreverem, no âmbito do Programa I da Política de Proteção aos Mananciais das Bacias PCJ, sendo o prazo até o dia 31/08/2021; b) no dia 07/05/21 por meio da plataforma Youtube foi realizada a Reunião Conjunta das Câmaras Técnicas para apresentação dos trabalhos do</i>

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 50ª Reunião do GT-Mananciais

Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ Fase 2; c) foi disponibilizado o Artigo “Caracterização Geológica e Hidroquímica de Nascentes Visando sua Proteção Ambiental em Analândia, São Paulo – Brasil” de Ana Elisa Silva de Abreu, Jorge Lucas Braz Mesquita & Luís Fernando Murillo Bermudez publicado este ano e que auxilia na divulgação e investigação dos trabalhos de proteção aos mananciais das Bacias PCJ; d) foi enviado nos materiais da convocação, a notícia publicada pelo Jornal “Guarulhos Hoje” que São Paulo poderá destinar parte da tarifa de água paga pelos consumidores atendidos pela SABESP para proteção de mananciais, o que vem agregar possibilidades de proteção dos mananciais e que poderá ser acompanhado pelas Bacias PCJ como oportunidade futura a ser pensada; e) foi publicada a Portaria GM-MS Nº 888, 4 de maio de 2021, que trata sobre atualizações quanto ao padrão de Potabilidade da Água para consumo humano; f) começaram os trabalhos preliminares de planejamento do VI Workshop de Águas Subterrâneas da CT-AS que abordará como tema a proteção de áreas de recarga de aquíferos o que poderá ampliar o trabalho da Política de Mananciais; g) comentou a notícia de um senhor que realizou trabalho de restauração da mata ciliar do Ribeirão Tiquatira em São Paulo, criando um dos primeiros corredores ecológicos restaurados de São Paulo; h) sete prefeitos da Região do Cantareira de municípios abrangidos pela Área de Proteção Ambiental (APA) do Sistema Cantareira fizeram um manifesto onde questionam e solicitam a revogação do Decreto que define o Plano de Manejo da APA, o que dificulta o trabalho de proteção dos mananciais; i) foi recebida carta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) alertando quanto aos prejuízos que o atual projeto de lei que altera o processo de licenciamento em âmbito federal poderá causar para o meio ambiente; j) o Sr. João Baraldi (SR Rio Claro) informou sobre os trabalhos que vem sendo realizado e que possibilitará investimentos para Saneamento Rural pelos Comitês PCJ, tanto em ações de instalação de fossas sépticas como de elaboração de Planos Municipais de Saneamento Rural; k) o Sr. Roberto Polga (CONIRP) alertou a todos sobre o atual projeto de lei nº 251/2021 na Assembleia Legislativa de São Paulo, em regime de urgência, que regionaliza os serviços de saneamento no estado e que poderá trazer sérias consequências para as Bacias PCJ; l) O Sr. José Mancuso (PM de Hortolândia/SP) relatou sobre os conflitos no processo de licenciamento de urbanização onde técnicos são contratados para contrapor ao Mapa do IGC que são utilizados como base para registrar nascentes no território. O grupo aprovou o envio de um documento acerca da preocupação com as recentes mudanças legais que colocam em risco a proteção dos Mananciais a ser encaminhado para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ sendo aprovado por todos. Quanto ao item 3, o Sr. Demarchi informou da impossibilidade da participação da Sra. Erika de Paula Pedro Pinto (IPAM) por motivos pessoais. Na sequência, convidou o Sr. Fernando Veiga (TNC) que apresentou e discutiu sobre o tema “**A Política Nacional de PSA Hídrico/ Desafios para ganhar escala no PCJ?**”, onde apresentou a escala de atuação da The Nature Conservancy (TNC) globalmente, quanto aos três principais componentes do PSA: i. mecanismos financeiros, que arrecada e assegura recursos para a conservação das bacias; ii. de governança, que permite o planejamento conjunto e a tomada de decisões; e iii. de gestão da bacia, que coordena a implementação de ações de conservação e gerenciamento da bacia, baseadas em análises fundamentadas em ciência e retorno do investimento. Informou que a TNC apoia e participa de 34 fundos de água em todo mundo, sendo 23 projetos na América Latina. Apresentou também a experiência nos

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 50ª Reunião do GT-Mananciais

	Comitês PCJ, onde foram investidas R\$550 mil nos anos 2005 e 2006, em área piloto de 2.793 ha, sendo precursor dos trabalhos de PSA no Brasil. Apresentou também a sustentação legal do PSA que na época era dúvida, estando hoje bem amadurecido o processo. Apresentou os projetos apoiados nas Bacias PCJ nos municípios de Jaguariúna/SP, Jundiaí/SP e Piracaia/SP. Quanto à Política Nacional de PSA (PNPSA), aprovado por meio da Lei nº 14.119/2021, o Sr. Fernando apresentou as propostas encaminhadas para o Congresso Nacional na fase de discussão do projeto de lei e explicou que o objetivo da lei ficou como de disciplinar o processo gerando maior segurança jurídica em âmbito federal e permitir a implementação dos diversos possíveis esquemas de PSA pensados no país. A lei definiu temas importantes como serviços ambientais, serviços ecossistêmicos, pagador dos serviços ambientais e provedor de serviços ambientais. Foi apresentado o conteúdo da PNPSA, bem como os vetos recebidos no processo de sanção presidencial. Quanto ao item 4, solicitaram palavras e apresentaram e discutiram com o Sr. Fernando Veiga (TNC) os senhores Petrus Weel (Cooperativas de Holambra), João Baraldi (SR Rio Claro), Roberto Polga (CONIRP), Henrique Bellinaso (CDRS), Miguel Milinski (PM e DAE Rio Claro), Marina Barbosa (Agência PCJ), Henrique Bracale (TNC), Paulien Denis (IPÊ) e João Demarchi (IZ-APTA) onde discutiram a importância da ferramenta PSA como auxílio na regulação da macrodrenagem, da consideração de APPs como espaços financiáveis com PSA, serviços ecossistêmicos como benefícios gerados pela natureza para a população humana, integração com o Programa Produtor de Água da ANA, sobre a valoração dos indicadores de monitoramento dos serviços ambientais, sobre as condicionantes do FEHIDRO para PSA, fontes alternativas de pagamentos de PSA, articulação da PNPSA para participação social e interlocução das instituições nas Bacias PCJ. Quanto ao item 5, o Sr. Demarchi e o Sr. Henrique Bellinaso (CDRS) apresentaram sobre a ideia do artigo cuja proposta será avaliar criticamente a implantação da Política de Proteção aos Mananciais das Bacias PCJ, com foco nas ações de PSA, e que desejam apresentar este trabalho no XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, que acontecerá entre 21 e 26 de novembro de 2021. O Sr. Demarchi questionou os membros sobre a possibilidade de apresentação, que foi aprovada por todos. Quanto ao item 6, o Sr. Henrique Bracale (TNC) propôs de discutir numa próxima reunião o assunto do Mercado de Carbono para proteção dos Mananciais, ponto que ficou de ser planejado junto à coordenação do GT.
Próxima reunião:	04/06/2021, às 09h30 - 51ª Reunião do GT-Mananciais
Observações:	Link da Deliberação Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 354/2021, de 05/03/2021: https://drive.google.com/file/d/1vV1ckYYRkCySOy-9DsuJO0PdtL6boJ3/view Link do Encontro Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ, realizado em 07/05/2021: https://youtu.be/8dSG026Gj6A Link do Artigo de ABREU, AES; MESQUITA, J.L.B.; BERMUDEZ, L.F.M. (2021): https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/36479/0 Link da Portaria GM_MS Nº 888, 4 de maio de 2021 – Potabilidade da Água: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562 Link do Projeto de Lei nº251/2021 da ALESP: https://rb.gy/uzbua6 Link Mapa elaborado pelo MP-GAEMA com as regiões proposta pela PL nº251/2021: https://pl251.michelmetran.com.br/

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Memória Técnica da 50ª Reunião do GT-Mananciais

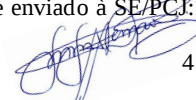
	Link da lei nº 14.119, de 13/01/2021 que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA): http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14119.htm Link do XXIV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos: https://eventos.abrh.org.br/xxivsbrh/
Responsável pela redação:	Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.

Participantes – Nome completo (Entidade)			
1	João Primo Baraldi (Associação Vale Verde/ SR Campinas / SR Rio Claro / SR Salto)	17	Tiago Georgette (Agência PCJ)
2	Henrique Bellinaso (CDRS / SAA)	18	Fábio Coca (Agência PCJ)
3	Roberto Polga (CONIRP)	19	Marina Barbosa (Agência PCJ)
4	Petrus Bartholomeus Weel (Cooperativa de Holambra)	20	Kaique Barretto (Agência PCJ)
5	Miguel M. Milinski (DAAE - Rio Claro / P.M. de Rio Claro)	21	Mateus Ismael (Agência PCJ)
6	Maria Carolina Hertel Dutra Simões (DAE S/A - Jundiaí)	22	Bruna Juliani (Agência PCJ)
7	Cláudia Grabher (INEVAT)	23	Felipe Requena (Agência PCJ)
8	João José A. de Abreu Demarchi (IZ/APTA/SAA)	24	Leonardo Baumgratz (Agência PCJ)
9	Simone R. Oliveira (IZ/APTA/SAA)	25	Ivan Gerdzijauskas (Agência PCJ)
10	Luiza Ishikawa Ferreira (Jagatibaia)	26	Claudia Attanasio (APTA/SAA)
11	Marcelo Eric de Almeida Santos (P.M. de Charqueada)	27	Paulo Mancuso (P.M. de Hortolândia)
12	Meire Menezes Bassan (Prefeitura Municipal de Limeira)	28	Henrique Bracale (TNC)
13	Cláudia Debroi de Campos (SIMBiOSE)	29	Fernando Veiga (TNC)
14	Nilton Piccin (Sindicato Rural de Limeira)	30	Juliano Braga (P.M. de Campinas)
15	Marcos Cazzonato (Agência PCJ)	31	Aline Granghelli (P.M. de Jaguariúna)
16	Rebeca Silva (Agência PCJ)	32	Paulien Denis (IPÊ)


João José Assumpção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais
Coordenador da CT-RN

011.04.02.006

Documento a ser elaborado pelos responsáveis da reunião, devendo ser aprovado na reunião posterior da Câmara Técnica e enviado à SE/PCJ: se.pcj@comites.baciaspcj.org.br.


4